

Safrá 2007/08

Dívida e crédito

DIANTE DAS forças contrárias e de resistência ao projeto de lei que previa o alongamento de R\$ 70 bilhões das dívidas por até 30 anos, as lideranças da agricultura agora negociam com o governo medidas consideradas mais palatáveis, de modo a assegurar um novo pacto dos débitos.

As medidas sob avaliação do governo federal incluem a:

- Rolagem de R\$ 9 bilhões em dívidas de custeios já prorrogados das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06;
- Repactuação de R\$ 16 bilhões em programas de investimentos vencidos ou a vencer.
- Solução para cerca de R\$ 15 bilhões em débitos de programas de refinanciamento criados a partir de 1995, como a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

Parlamentares ruralistas, especialistas em endividamento e membros dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda discutem a nova proposta de acordo. As propostas foram divididas em grupos de devedores, como nos casos:

- Das dívidas derivadas de custeios antigos, cujos saldos têm sido prorrogados sem alteração dos juros. Poderia haver recálculo sem a aplicação de encargos de inadimplência, mora, multas, taxas e honorários advocatícios. O recálculo seria limitado a 30 de junho deste ano. Após essa data, os débitos, já sem as chamadas "gorduras indevidas", seriam rolados por até sete anos a taxas de 6,75% ao ano. Haveria um prazo de carência até

outubro de 2009 e a aplicação de um desconto de 50% nos juros em casos de liquidação antecipada das operações renegociadas. As dívidas já vencidas seriam roladas por até dez anos e respeitariam cálculos sobre a capacidade de pagamento do produtor.

- Dos programas de investimentos, com aplicação das mesmas regras dos custeios antigos. Mas também haveria um bônus de equalização de taxas de juros de 15% sobre o saldo devedor e aplicado nas parcelas em todas as dívidas com juros acima de 8,75%. Estima-se que os débitos estejam divididos em R\$ 10 bilhões no Moderfrota, outros R\$ 3 bilhões no Finame Agrícola e cerca de R\$ 3 bilhões nos demais progra-

mas de investimentos, como Moderaagro, Moderinfra e Prodecoop.

- Dos programas de refinanciamento das dívidas criados a partir de 1995. Nos débitos de securitização, haveria o recálculo sem encargos e o alongamento a juros de 3% ao ano com prazo até 2025 para pagar. Haveria carência até 2009 e bônus de 30% nas dívidas originais de até R\$ 50 mil e de 15% em débitos acima desse valor. Também haveria bônus adicional para produtores adimplentes e por regiões. Estuda-se usar a Selic como um desconto sobre as parcelas anuais das dívidas. Há a possibilidade de extinguir a indexação pelos preços mínimos.
- Do Pesa, em que poderia haver um recálculo sem encargos, mas com redução de cinco pontos percentuais e a limitação do IGP-M a 0,75% ao mês. O pagamento dos juros vencidos seria dividido em até 19 anos, com um prazo de carência até 2009. Os juros seriam de 3% ao ano e haveria um bônus adicional para adimplentes e por regiões. A utilização do desconto da Selic sobre as parcelas anuais também seria aplicado nessas dívidas. ■

Tomada de financiamento

O crédito rural para custeio, comercialização e investimento para a agricultura empresarial na safra 2007/08, entre julho e outubro deste ano, traz alguns indícios interessantes. O valor liberado, de R\$ 19,5 bilhões, supera em 28% o da safra passada, de 15,7 bilhões.

A tendência de concentração dos desembolsos, para custeio e comercialização, a taxas controladas, continua forte e responde por 84% do total liberado. De um total contratado de R\$ 17,85 bilhões, foram liberados R\$ 15 bilhões de crédito rural só para custeio e comercialização a juros controlados.

Um dos estímulos à contratação de crédito rural a juros controlados foi a redução da taxa de juros, a partir do ano safra 2007/08, de 8,75%, taxa praticada desde a safra 1998/99, para 6,75% ao ano. O crédito rural para investimento aumentou 18%, passando de 1,4 bilhão, entre julho e outubro de 2006, para 1,65 bilhão, no mesmo período deste ano.

Apesar do aumento, os níveis de investimento com recursos do crédito rural correspondem a 75% e a 59% das aplicações observadas em igual período nas safras 2003/04 e 2004/05, quando foram liberados, respectivamente, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,8 bilhões. Ainda assim, mesmo com o processo de discussão sobre endividamento em curso, percebe-se uma clara retomada dos investimentos por parte dos produtores rurais. Existe motivação pelas boas perspectivas dos mercados interno e externo de produtos agrícolas.